



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Área de Concentração: Teoria Política e Interpretações do Brasil

Título da Disciplina: Ceticismo e Política

Professor: Cesar Kiraly

Período: 2013/01

Horário: Segunda-Feira de 15 às 18h

Programa

Introdução

A ontologia da política deve responder, dentre outras coisas, o *quando* da política. A resposta acerca do *quando* da política não pode ser uma resposta moral, porque esta responde apenas o *porquê* e o *como*. O *quando* da política é uma pergunta estética. Faz-se necessário pensar a política como uma das instituições da experiência. As instituições da política são mais regulares do que instituições artísticas. A disciplina filosófica capaz de falar sobre a regularidade das experiências é a estética.

1. Da Imagem do Pensamento

I. A ciência da política é uma ciência de imagens e de representações. O que não é diferente de dizer que a ciência da política é uma ciência da natureza humana. O discurso constitutivo da ciência da política é a antropologia cética.

II. A teoria das instituições de Durkheim é fortemente orientada pelo ceticismo. Dentre outras diferenças, Durkheim, ao contrário do ceticismo, defende estratégia filosófica para selar a instituição de apenas um mundo orgânico. A disposição cognitiva da antropologia cética, por recusar a composição orgânica do mundo, enxergando, no entanto, uma composição imagética da experiência, adere à ideia de pluralidade dos mundos.

III. Existe convergência entre a ciência da política e a antropologia. Contudo, a antropologia da ciência da política é uma antropologia cética, o que significa que a pluralidade é plenamente encontrável no mundo, mas apenas pode ser vista na admissibilidade lógica da pluralidade. Assim, uma ciência da natureza humana, ou uma ciência da condição humana, é organizada pelo enunciado lógico da

pluralidade. Apenas é impressionado pela pluralidade dos mundos um espírito impressionável. As paixões mostram a ação da pluralidade no espírito.

IV. Não existe distinção entre a imagem e o pensamento.

2. Do Nascimento Cético da Ciência Política

I. A ciência política remonta o seu nascimento à obra de Maquiavel. Este na verdade inventa a experiência da política. As imagens da figurabilidade do rosto humano são constitutivas da experiência da política. Para ser capaz de ver o rosto humano na política, Maquiavel olha para a crueldade. Porque a moralidade esconde a crueldade. Hume vê em Maquiavel a experiência da política. Hume estabelece a ciência da política como um princípio de estabilização de imagens.

II. A imagem da natureza humana aparece na ciência da política de modo miniaturista ou minimalista.

III. O miniaturismo da natureza humana em Schumpeter se deve ao conceito de realidade. A realidade em Schumpeter faz da natureza humana alguma coisa muito menor do que ela "é". O "ser" da natureza humana é recolocado como algo que não pode imaginar.

IV. O miniaturismo da natureza humana em Elster se deve a psicologização da ideia de crença. Pela psicologização da ideia de crença, aquilo que denominamos crenças políticas pode ser descrito apenas em função da regularidade. O psicologismo da crença consiste na individualização da crença, bem como em sua predicação com o voluntarismo.

V. O miniaturismo da natureza humana em Stinchcombe se deve à confusão entre imaginação e causalidade. Para ele existe alguma relação entre a necessidade de argumentos causais que revelem relações intrínsecas aos eventos e o fato de que a natureza humana busca causalidade na experiência. Mas o fato é que é necessária a busca da causalidade à natureza humana, mas argumentos causais não possuem qualquer conteúdo necessário.

VI. O minimalismo da natureza humana, de conteúdo cético, estabelece-se no indutivismo maquiaveliano, na ciência da política humeana e nos argumentos acerca do conteúdo mínimo da natureza humana.

3. Dos Elementos a uma Teoria Pictórica da Experiência

I. A linguagem não exaure o seu fenômeno da descrição de coisas que existem, porque ela possui uma larga dimensão expressiva. Dificilmente podemos reduzir a dimensão expressiva do que se chama de linguagem ao conteúdo, ou a forma, dos enunciados, por essa razão pode-se falar de uma intimidade dos enunciados.

II. A experiência possui uma pictorialidade, o que significa que pode ser explicada pelo jogo entre o branco e o preto da mesma forma como a cognição pode ser explicada pelo jogo de linguagem entre impressão e ideia. A essa pictorialidade da experiência se segue a possibilidade do acréscimo de objetos pictóricos ao tempo, aquilo que se denomina instituição.

III. Uma teoria pictórica da experiência nos veda o vocabulário da transformação, porque o apelo à substância não é necessário se temos uma filosofia da imagem. Assim, o que ocorre com os objetos pictóricos na experiência da política não é a transformação, mas a transfiguração.

IV. O vocabulário da transformação, porque afeito, por assim dizer, à substancialização não imagética da experiência, leva ao esgotamento das entidades metafísicas: daí o argumento sobre a morte de Deus, da História, do Homem etc. Todavia, o esgotamento das entidades metafísicas não nos leva apenas a pensar a experiência enquanto terreno de entidades mortas, mas como plano sem entidades essenciais.

V. O vocabulário da transfiguração nos auxilia a compreender o modo pelo qual uma instituição produz um significado novo, ainda que não tenha transformado absolutamente nada. O simples acréscimo de um objeto pictórico à experiência, ou a sua supressão, pode ser relevante.

VI. Assim, diferentes objetos pictóricos possuem relações distintas com o tempo, e essas relações podem nos auxiliar a determinar a província da natureza humana e distingui-la da província da condição humana. A província da natureza humana concerne às crenças e às instituições. A da condição humana concerne ao efeito de regularidade das crenças no tempo. Por isso, a crença não pode ser reduzida à regra.

VII. A definição de mundo deve seguir a percepção de sistemas de crenças. Não há motivo para se compreender o mundo como unidade, e por isso podemos deduzir a admissibilidade, nas imagens, e na transfiguração, de enunciados concernentes à pluralidade dos mundos.

VIII. Os objetos pictóricos podem, circunstancialmente, ser identificados com as crenças. Estes são compostos pela visibilidade – esta coloração que logo inscreve – e pela visualidade – esta coloração que nos permite entender aquilo que vemos. Não há por que se pressupor a invisibilidade daquilo que é visível. A composição pictórica se estrutura pelo jogo entre a visibilidade e a visualidade.

4. Dos Argumentos Freudo-Humeanos

I. A crença é um conceito fundamental para a antropologia cética, o que torna sempre digna de investigação a relação do Eu com o seu saber e com as suas

paixões. Isso que denominamos argumentos freudo-humeanos auxilia a formulação de uma filosofia do sujeito, capaz de pensar a ciência da política, as instituições e os hábitos sociais.

II. A concepção do Eu da antropologia cética – e de seus argumentos freudo-humeanos – é predicada com a ideia de descentramento. Assim, aos argumentos sobre a pluralidade dos mundos devem ser associados os argumentos sobre a multiplicidade do Eu.

5. Da Construção e da Destruição dos Mundos

I. Se é a crença que nos fixa à experiência e se esta pode ser descrita de modo pictórico, as paixões devem ser investigadas para que saibamos o modo pelo qual os mundos são construídos ou destruídos. Existe certa plasticidade pictórica na experiência, mas as paixões inserem um forte componente de necessidade. Um dos modos pelos quais podemos ver a operação das paixões é pelo experimento, atentando para a inseparabilidade entre experiência e experimento. Por isso, cabe distinguir entre paixões da condição humana e paixões da natureza humana. As primeiras correspondendo à experiência mediata e as segundas à imediatividade da experiência.

II. Nas paixões da condição humana, um primeiro experimento nos leva a pensar que sem a ideia do Eu ou do Outro não há que se falar em condição humana.

III. As paixões da condição humana podem ser desencadeadas pela relação com objetos, mas desde que antes exista alguma relação entre a ideia do Eu e a ideia do Outro. Assim, a mera presença dos objetos não é suficiente para estabelecer a condição humana.

IV. A mera relação com objetos materiais não estabelece a condição humana, a ela deve ser acrescentada a relação do Eu com o Outro.

V. As paixões da condição humana precisam de dupla relação. A relação com um objeto e a relação com um sujeito. A relação do objeto pode ser descrita em termos de impressões e a elas são somadas a relação entre o Eu e o Outro.

VI. A intensidade da ideia do Outro é medida pela proximidade com o Eu. Assim, podemos estabelecer uma espécie de círculo de intensidade da condição humana que começa na direta identificação com o Eu, que se expande para as relações de proximidade afetiva e que pode chegar a produzir juízos ao que se tomaria por humanidade. Contudo, a intensidade faz com que o próximo seja mais caro do que o distante.

VII. A passagem das paixões da condição humana amor e ódio para orgulho e humildade é mais fácil do que orgulho e humildade para amor e ódio. Isso porque

as paixões da condição humana possuem um núcleo epistêmico que as torna próximas do sujeito. Então, consiste numa atividade mais comum atribuir ao Outro as características do Eu do que atribuir ao Eu os elementos de composição do Outro. Amor e ódio, por estarem mais próximos de um núcleo epistêmico, estão mais próximos da natureza humana e da relação com a dor e o prazer.

VIII. O amor e o ódio raramente são mantidos em seus limites originais. Isso significa que a condição humana pelas suas paixões possui a tendência de expandir as suas significações, o que na política se confunde com a instituição.

IX. O sistema das paixões da condição humana de Hume se distingue de outros sistemas por ser radicalmente não cosmológico, o que significa que as paixões da condição humana, antes de serem explicitadoras de virtudes, são ligadas à dimensão de ambivalência da natureza humana.

X. As paixões acrescentam significação ao tempo por instituições. A dimensão de permanência de uma instituição política é a crença e a publicidade da significação de uma instituição política, bem como a sua previsibilidade, se deve à regularidade. As instituições são mais próximas das paixões da natureza humana, a saber, da dor e do prazer, do que das paixões da condição humana, mais ligadas à percepção da regularidade.

XI. Merleau-Ponty define as instituições como inscrições de significado sobre o tempo. As instituições políticas são espécies do gênero instituição e adquirem duração no tempo pela crença. A possibilidade de formas burocráticas não exaure as dimensões das instituições políticas, apenas dimensiona a ordinariedade, não a cotidianidade.

XII. A instituição toma forma de alguns objetos no plano pictórico. Esses objetos podem ser denominados objetos pictóricos, uma vez que são diretamente ligados às paixões da natureza humana e à sua regularidade. Esses objetos não sofrem qualquer transformação, mas o acréscimo leva, em certos contextos, ao que se denomina transfiguração.

XIII. Objetos pictóricos podem ser transfigurados em *artefactos*.

XIV. A descrição das paixões da natureza humana e de sua condição para poder ser relacionada aos *artefactos* deve levar em conta o denso componente de ambivalência. Dor e prazer e amor e ódio são distintivos da possibilidade de narrativa coerente, mas rapidamente percebemos que *artefactos* são armas ou ferramentas, da mesma forma, existem jogos de dor-prazer e amor-ódio.

XV. Existem modos de vivência social, extremos é verdade, nos quais a condição humana é esfacelada. Esse processo de esfacelamento da condição humana é encontrado nas limitações à transfiguração da dor em condição de historicidade.

Algo que impede o pertencimento ao tempo. A produção de situação onde natureza humana está enclausurada na dor. Um *Eu* que se confunde com a dor. Esse é o processo de desfazimento do mundo.

XVI. Uma vez percebida a ambivalência das paixões da natureza humana, em contraposição a uma forçosa, mas não absoluta, coerência da condição humana; devemos resistir a meramente associar a construção com o prazer e com a sustentação dos mundos, bem como a associação entre destruição com a dor e a falta de sustentabilidade dos mundos.

XVII. A tipologia da desagregação social do *Eu* pode ser descrita do perdimento da condição humana até o perdimento da natureza humana. O perdimento da condição humana se relaciona com o estabelecimento de oscilações na cadeia causal da vida ordinária. Com efeito, uma forma de impedimento de instituições, e de crenças.

6. Da Instituição da Crença

I. A crença é a dimensão cristalizada da imagem do nome, consiste numa sorte de imagem instituída, inscrita e significada, com os predicados da visibilidade e da visualidade, em cuja composição está prevista a plasticidade, muito embora esta não se atualize, no sentido de impedir que se rasgue um nome.

II. A crença não é um sentimento: a crença é uma estrutura cognitiva e social da natureza humana, cuja expressão é a adesão necessária à experiência.

7. Da Autenticidade e da Verdade das Instituições

I. Aquilo que está encoberto não deixa de estar no mundo, igualmente, não deixa de possuir visualidade. Por isso, esta observação nos leva a crer que a política deve ser orientada num mundo onde as diferenças estéticas relevantes possam ser perseguidas. Por isso, devemos saber que a política pode ter elementos encobridores da crueldade que lhe é constitutiva, mas, também, pode ter elementos, cuja discernibilidade deve ser buscada, que tornem o mundo passível de ser vislumbrado nas suas várias distinções.

II. Apenas o operador de suspensão teria a capacidade de reduzir a superfície de contato com a arrogância do mundo, porque antes de qualquer coisa não estaria preocupado com a realidade das coisas, mas com as cores e intensidades pelas quais as coisas são compostas. O minimalismo político bem compreendido, pelo operador de suspensão, não recusa a política, mas ao limitar a superfície de contato com a arrogância do mundo, com vontade de tentar-agarrar, investiga a política pelos princípios de composição dos objetos políticos: para se espriar para a imanência.

Conclusão

A experiência da política compreendida como plano pictórico e o postulado da irreduzibilidade da crença à regra talvez levem-nos a crer que o passado é o mais expressivo dos futuros contingentes. O acréscimo de objetos pictóricos à experiência que os recebe altera o modo pelo qual se relacionam no tempo, evitando algumas formas de condenação, e tornando outras bastante inexoráveis, mas explicita a natureza imagética da experiência da política. Por fim, a lida com aquilo que podemos denominar de um passado contingente é um bom motivo para tornar significativa, e, portanto, passível de instituição, a construção política. Com efeito, a política lida com crenças, mas esta é uma das crenças da política.